Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe

Marisa Feffermann
Suzana Kalckmann
Deivison Faustino (Nkosi)
Dennis de Oliveira
Maria Glória Calado
Luis Eduardo Batista
Raiani Cheregatto
Organizadores

Instituto de Saúde
São Paulo – 2018

48431001Miolo.indd 3 06/06/2019 22:29

11

Etnomidialogia: ciências da comunicação e suas interseções com as diversidades étnico-sociais

Ricardo Alexino Ferreira

À busca de um quadro conceitual etnomidialógico

A primeira vez que utilizei o termo "Etnomidialogia" foi dentro do contexto da tese de livre-docência *Os critérios de noticiabilidade da mídia impressa na cobertura de grupos socioacêntricos em abordagem*[2], defendida na ECA-USP, em 2011.

A terminologia tinha como proposta criar um campo não apenas semântico, mas epistemológico na abordagem das diversidades étnico-sociais e suas interseções com a comunicação midiática.

Os termos "Comunicação e Raça"; "Comunicação e Etnia"; "Mídia e Etnia"; "Comunicação e Diversidade", bastante utilizados nas últimas décadas dentro de grupos de estudos e linhas de pesquisa, demonstravam insuficiência de compreensão de um campo mais denso, justamente por colocarem comunicação e mídia de um lado e etnia e diversidade de outro.

Por esse motivo, ao construir o termo "Etnomidialogia", havia a proposta de criar um construto epistemológico em que comunicação e mídia traziam um novo campo teórico para a interseção mídia/comunicação-diversidade[1].

Para tanto, alguns campos teóricos vão dar aderência a esse pensamento, tais como os Estudos Culturais, através dos importantes trabalhos de Stuart Hall, principalmente nas Teorias da Recepção; Análise de Conteúdo e sua metodologia desenvolvida por Laurence Bardin e, também, as obras de Hans Magnus Enzensberger, dentro da corrente teórica da Nova Esquerda Alemã.

Outro ponto significativo foi a criação do termo "socioacêntrico", em substituição aos seus equivalentes históricos como "grupos minoritários" e "grupos minorizados".

A terminologia "grupos minoritários" é utilizada com frequência dentro das Ciências Sociais, que entende tratar-se de grupos com poucas representações sociais e políticas, independentemente da quantidade. Ao utilizar essa terminologia em minha dissertação de mestrado *A representação do negro no centenário da abolição da escravatura no Brasil*[3], defendido em 1993, na área de Ciências da Comunicação, precisei colocar muitas notas de rodapé explicando que ao usar o termo "grupos minoritários" não estava me referindo à quantidade, mas às representações sociais e políticas dos segmentos.

No doutorado, na pesquisa *Olhares negros: estudo da percepção crítica de afro-descendentes sobre a imprensa e outros meios de comunicação*[4], evitando usar o termo "grupos minoritários", que na área de Comunicação não tinha o mesmo significado semântico da área de Ciências Sociais, passei a usar o termo "*grupos minorizados*".

No entanto, mesmo assim, a leitura que era feita sobre esse termo levava à relação direta com a exclusão econômica social do segmento negro. Isso não era o que eu estava dizendo em meu trabalho, considerando que os sujeitos da minha tese, relativos aos estudos da recepção, eram profissionais negros dos meios de comunicação e de áreas artísticas. Portanto, indivíduos que não estavam à margem econômica da sociedade, apesar de reconhecer que muitas pessoas negras estão.

Por esse motivo, na tese de livre-docência passei a utilizar o termo grupo socioacêntrico, potencializando o sentido que as Ciências Sociais atribuem a "grupos minoritários", ou seja, com pouca representação social e política, não referenciando a quantidade.

A partir dessa busca conceitual, tenho abordado a questão etnomidialógica.

1988: um ano fronteiriço da imprensa na cobertura do segmento negro

Na perspectiva etnomidialógica, ao abordar a cobertura do negro pela imprensa brasileira, pode-se ter o ano de 1988 como um marco. No ano de 1988 "comemorava-se" o Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil.

Nunca antes,a imprensa brasileira se deparou com a complexidade de cobrir os segmentos negro e, depois, os movimentos *gays* e lésbicos e outros que surgiam naquele momento. Pode-se dizer que foi o ano que inicia a cobertura das diversidades, apesar desse termo somente aparecer no final dos anos 1990.

Outro dado importante é entender o contexto histórico que 1988 carregava. Em 1985, o Brasil iniciava o seu processo de redemocratização com a ascensão do vice José Sarney à Presidência da República, em decorrência da morte do presidente eleito por Colégio Eleitoral Tancredo Neves.

Apesar de ter sido eleito de forma indireta e ter assumido o vice, o Brasil inauguraria a sua fase democrática e nesse contexto os movimentos sociais recrudesceriam, dentre eles, o movimento negro.

O ano de 1988, apesar de ser peculiar, pois havia o centenário da abolição que não poderia ser passado indiferente pelo governo, foi atropelado pelos movimentos negros que pressionaram que ele se tornasse um ano não de comemoração, mas de reflexão.

Naquele ano, vários eventos ocorriam e as questões étnicas, do racismo e das condições desfavoráveis do negro brasileiro estavam no agendamento. Os trabalhos da constituinte foram um deles, quando o deputado, Carlos Albeto Caó, do então PDT, propôs o projeto de lei considerando racismo como crime inafiançável e imprescritível perante a lei, substituindo a Lei Afonso Arinos. O projeto foi aprovado e passou a integrar a nova Constituição brasileira, através do artigo 5°, inciso XLII.

Outro evento que também iria potencializar a questão étnica naquele momento foi a convocação da ONU para que houvesse um boicote econômico, político e cultural à África do Sul, devido ao *apartheid* e pela libertação de Nelson Mandela. O Brasil foi bastante cobrado para que tomasse ações mais efetivas em relação também ao racismo brasileiro.

Naquele 1988, o carnaval do Rio de Janeiro trouxe a temática do racismo e da abolição para a avenida. A escola vitoriosa foi a Vila Isabel, que teve com enredo *Kizomba: festa da raça*.

Até mesmo a campanha da Fraternidade, da Igreja Católica, teve naquele ano a temática Fraternidade e o Negro com o lema *Ouvi o clamor deste povo*. No entanto, o cardeal Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro, rompe com a unidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), alegando que o país era multirracial e não poderia destacar apenas uma raça. Assim, o Rio de Janeiro, naquele ano, teve outro enfoque na Campanha da Fraternidade.

O grande desafio da imprensa naquele ano era a cobertura jornalística de um novo sujeito: o negro. Não tanto pela exclusiva consciência dos jornalistas, porém, mais pelo olhar atento dos movimentos sociais, disposto a denunciar racismo, mesmo dentro da imprensa.

Na dissertação *A representação do negro em jornais no Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil*[3] (ECA-USP), levantei cerca de 2.500 recortes de jornais impressos de veículos nacionais, regionais e locais, dividindo-os por categorias temáticas, a partir da metodologia de Análise de Conteúdo.

Naquele momento, o que mais chamou a atenção foi o considerável número de matérias denunciando o racismo em diversas situações do cotidiano brasileiro, principalmente destacando o negro de classe média e em ascensão econômica.

Como esse negro estava saindo do lugar reservado historicamente para ele, intensificavam aí os conflitos e a imprensa vai dar destaque a esse fenômeno. Assim, o negro migra, enquanto informação, das páginas de Esportes (futebol), de Atividades Culturais (samba), de Polícia, de Cotidiano (periferias) para outras páginas que envolviam a nova classe média negra, como Economia, Educação, Ciências e outras.

Outro dado que se observou nesse período foi a dificuldade em trabalhar com terminologias envolvendo o negro, em um primeiro momento, e depois com o segmento *gay* e lésbico.

Em relação ao negro, a imprensa teve grande dificuldade de nomeá-lo. Naquele momento ainda se procurava qual a melhor denominação. É bem verdade que o termo "pessoas de cor" já não mais era utilizado, mas havia uma transição de preto para negro.

O termo "negro" ainda era utilizado em trocadilhos. Por exemplo, a edição do *Jornal do Brasil*, de 15 de abril de 1988, trazia a seguinte manchete: "ONU põe Piquet e Senna na lista negra". A matéria abordava o fato de os dois pilotos terem disputado o mundial de Fórmula 1 na África do Sul, furando o embargo proposto pela ONU para o fim do *apartheid*.

Apesar de ainda continuar sendo um traço da imprensa, mesmo na contemporaneidade, esses tipos de títulos, como é o caso do *Extra*, em sua edição eletrônica de 30 de março de 2018: "ONU coloca dezenas de navios e empresas em lista negra por contrabando para a Coreia do Norte". *(Fonte: https://extra.globo.com/noticias/mundo/onu-coloca-dezenas-de-navios-empresas-em-lista-negra-por-contrabando-para-coreia-do-norte-22542308.html),* ou o título de *O Globo*, em sua edição eletrônica de 23 de setembro de 2014: *Conselho de Segurança da ONU cria lista negra de combatentes extremistas* (*Fonte: https://oglobo.globo.com/mundo/conselho-de-seguranca-da-onu-cria-lista-negra-de-combatentes-extremistas-14028239).*

Mesmo assim, a partir de 1988, os manuais de redação e estilo, de diferentes veículos, passaram a destacar, com veemência, como jornalis-

tas deveriam abordar determinados segmentos, como deficientes físicos, judeus (a proibição do verbo judiar), ciganos e outros.

Nos anos 1990 outros grupos apareceriam com mais frequência na mídia. É o caso dos segmentos *gay* e lésbico. Em matéria jornalística, publicada pela revista *IstoÉ Senhor* (n. 1163, de 15 de janeiro de 1992), trazendo comparação entre executivos *gays* estadunidenses, o título foi "Colarinho rosa". O título desconstruía a proposta da matéria que era chamar a atenção para o fato de o Brasil ainda agir com homofobia em relação aos executivos *gays*, que eram dispensados das suas funções no momento em que as suas orientações sexuais eram descobertas, diferente dos executivos estadunidenses, que as expunham. A palavra "rosa" trazia o peso da discriminação e do estereótipo, considerando que ainda no imaginário brasileiro rosa é associado a meninas e azul a meninos. Algo anacrônico.

A partir de 1988, os jornalistas foram obrigados a repensar as terminologias, considerando que os movimentos sociais estavam atentos a essas questões. Inaugurava-se também aquilo que mais tarde seria chamado de "politicamente correto" pela imprensa brasileira.

Resgatando a segunda metade do século 19 para entender o negro como informação

O negro, como notícia, sempre esteve nos periódicos da segunda metade do século 19. Ali é possível verificar que o negro é coisificado, sendo colocado na voz passiva. As primeiras aparições se dão enquanto publicidades nos jornais de venda, perda, fuga ou crimes de escravizados.

Um importante trabalho sobre essa temática é *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, de Gilberto Freyre[5], que vai analisar o perfil dos escravos nos anúncios dos jornais, desde traços físicos a suas personalidades.

Com esse trabalho, Freyre possibilitou ver a publicidade no jornal em sua dinâmica com o jornalismo.

Outro trabalho relevante na compreensão do jornalismo é o livro *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no*

final do século XIX[6], de Lilia Moritz Schwarcz. Nessa obra, ela vai fazer análise dos jornais paulistanos *Correio Paulistano* e *Província de São Paulo* e como eles traziam a questão do negro dentro do contexto da transição monarquia para República. Através dessa obra, é possível verificar as relações sociais no período, narradas e mediadas pela imprensa da época e, também, o papel da ciência nesse contexto.

As duas obras citadas são algumas das narrativas do século 19 e permitem entender o modo como a imprensa lidava com o diferente e com as questões de classe e com a escravização.

No artigo *A gênese do jornalismo científico nos jornais da segunda metade do século XIX*[7], procuro decifrar quais são as construções conteudísticas de algumas dessas matérias.

Muito do que se passa na imprensa atual encontra pontos de aderência no *modus operandi* da imprensa do século 19, em que a voz da elite encontra ressonância nos jornais.

Politicamente correto: na visão de jornalistas liberdade ou obrigação de imprensa?

O politicamente correto surge nos Estados Unidos da América no início da década de 1990, dentro do meio acadêmico, com o objetivo de repensar como o racismo e o sexismo estavam sendo refletidos na instrução, na língua e no conteúdo curricular.

Conforme o artigo *Etnomidialogia e a interface com o politicamente correto*[9], publicado na *Extraprensa* (USP), em 2012, o politicamente correto teve em sua formação e trajetória inspirações diversas que passam por Michel Foucault, quando ele faz referências ao binômio poder/conhecimento, ou seja, a produção do intelecto e da imaginação não representam tanto a capacidade dos autores que as produzem, mas são as relações de poder e as ideologias que definem os limites do discurso (o contexto no qual o conhecimento é produzido); por Roland Barthes, que vai afirmar que o mundo não é experenciado como uma série de fatos, mas de sinais codificadores numa língua, ou seja, pode-se descobrir códigos e convenções invisíveis por meio dos quais os sentidos das experiências são acei-

tos; por Jacques Derrida, que vai afirmar que a língua é um instrumento, mas não um instrumento neutro[8].

Segundo ainda o artigo[9], enfatizo que, apesar de toda a fundamentação teórica que sustenta o politicamente correto, a sua pragmática implicou medidas pouco "populares", como repensar currículos e livros didáticos, abalizamento das mensagens dos meios de comunicação de massa e a proposta de substituição de termos que poderiam trazer em si inferências sexista ou racista ou prejudiciais a segmentos socioacêntricos diversos.

Ao fazer interseção do politicamente correto com a imprensa, é possível perceber que ele é regulador da forma como o jornalista vai tratar os segmentos das diversidades. Esse tipo de enfoque vai obrigar esse profissional a rever seus conceitos e, também, as terminologias que, de forma dinâmica, são repensadas com muita frequência.

À guisa de conclusões

Não se pode dizer que a imprensa ignorou o negro ou demais grupos das diversidades, desde a segunda metade do século 19. Metodologicamente, é possível observar uma evolução no tratamento dele enquanto informação.

Na segunda metade do século 19, o negro nos jornais hegemônicos é totalmente coisificado, em sua condição de escravizado. As únicas exceções são relativas aos escritores negros como Machado de Assis, Cruz e Souza e outros que vão ter destaque nos jornais em suas colunas, muitas vezes ladeadas por anúncios de venda e compra de escravos.

A mudança mais significativa na abordagem sobre o negro e, depois, em relação aos demais grupos das diversidades, acontece em 1988, que considero o marco na cobertura jornalística de grupos socioacêntricos. É o antes e depois daqueles segmentos tratados como objetos e sua ascensão como, muitas vezes, sujeitos.

Observa-se que logo depois de 1988, a imprensa começa a inserir, por pressões dos grupos sociais, não somente o negro como sujeito político, mas também os segmentos *gays* e lésbicos, que na contemporaneida-

de são chamados de LGBTIQA (ou LGBTI+, que significa Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis/Transgêneros, Queer e Assexuais); os gêneros; as pessoas com deficiência; as questões etárias, dentre outros.

Isso implicou cuidado nas abordagens, envolvendo principalmente as dinâmicas aceleradas das terminologias. As diversidades estão no agendamento da imprensa, porém percebe-se inabilidade dos jornalistas nessas coberturas, expondo que a formação nesse sentido ainda é deficiente nos cursos de graduações em Comunicação.

Referências

1. Ferreira RA. Etnomidialogia: diversidade e sua interseção com a difusão científica. São Paulo: Intercom; 1995. Disponível em: http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002737270.pdf. Acesso em: 05/11/2018.

2 . Ferreira RA. Os critérios de noticiabilidade da mídia impressa na cobertura de grupos sócioacêntricos em abordagem etnomidialógica. Tese Livre-docência. São Paulo: ECA-USP; 2011.

3. Ferreira RA. A representação do negro em jornais no Centenário da abolição da escravatura no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA-USP; 1993.

4. Ferreira RA. *Olhares negros*: estudo da percepção crítica de afro-descendentes sobre a imprensa e outros meios de comunicação. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA-USP; 2001.

5. Freyre G. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Global Editora; 2010.

6. Schwarcz LM. Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras; 1987.

7. Ferreira RA. A gênese do jornalismo científico nos jornais da segunda metade do século XIX. Rio Grande do Sul: Intercom/UFRS; 2008. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/A%20genese%20do%20jornalismo%20cientifico%20nos%20jornais%20da%20segunda%20metade%20do.pdf. Acesso em: 05/11/2018.

8. Cashmore E. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Selo Negro. 1988:430.

9. Ferreira RA. Etnomidialogia e a interface com o politicamente correto. Extraprensa (USP) – Ano VI – nº 10, junho de 2012. São Paulo: Celacc. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/77245/81110. Acesso em: 05/11/2018.